



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680129 - GO (2021/0219055-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GLEUDISTRON FRANCISCO CABRAL
ADVOGADO : GLEUDISTRON FRANCISCO CABRAL - GO012023
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JOAO PAULO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO PAULO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5341103-20.2021.8.09.0112).

O paciente foi "preso preventivamente, no dia 08/01/2020, e pronunciado pela suposta prática da conduta típica prevista no artigo 121, § 2º, incisos III e VI e § 2º-A, inciso I, do Código Penal" (fl. 12).

O impetrante sustenta que há excesso de prazo na prisão preventiva, haja vista que o paciente se encontra sob custódia há mais de 546 dias, sem julgamento.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a imediata soltura do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador (fls. 12-13) . Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente